AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
http://ageconsearch.umn.edu
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

O PROGRAMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR "DIRETO NO CAMPO" DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA-SP: UM INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

ALCIR ANTONIO KURANAGA; VERA BOTTA FERRANTE; LUIZ MANOEL ALMEIDA; SÔNIA MARIA BERGAMASCO;

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP

CAMPINAS - SP - BRASIL

mestrado@uniara.com.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Políticas Sociais para o Campo

O Programa de Segurança Alimentar "Direto no Campo" do Município de Araraquara-SP: um Instrumento de Desenvolvimento Local

Grupo de Pesquisa: 11. Políticas Sociais para o Campo.

Resumo: O trabalho apresenta um caso concreto de formação de uma rede de capital social em torno da temática da segurança alimentar local. Toma como princípio que a segurança alimentar deve ser tratada de maneira ampla, de forma a abarcar não somente as condições de saúde das pessoas, de higiene dos alimentos e da autenticidade da produção, mas também a melhora das condições de renda e emprego de pequenos agricultores. Este trabalho mostra que num município paulista desenvolve-se um programa de segurança alimentar nessa amplitude, com a comercialização de produtos agrícolas em varejões populares distribuídos em pontos comerciais estratégicos. Este caso, ocorrido no centro da produção canavieira e do cinturão citrícola paulista mostra como mecanismos institucionais desenvolvidos através de políticas públicas participativas e organizações locais podem promover o desenvolvimento rural local com possibilidades de inclusão social.

Palavras Chaves: **Agricultura Familiar, Políticas Públicas, Segurança Alimentar; Varejões Populares; Capital Social**

Abstract: This paper shows a concrete case of social capital networking around of the local security food thematic. The aim of the security food should be treated in a wider mode, including not just the people health conditions, food hygiene and the authenticity of the familiar production, but the improvement of the salaries and work conditions of the small

producers This work shows that a city in the São Paulo State develop a program of the security food this extent, with the commerce of agricultural products in popular fair distribute in strategic commercial points. This case, occurred in the sugar cane production region and citriculture in the São Paulo State, demonstrates that institutional mechanisms developed through publics political participates and local organizations may to promote the rural development with the possibilities of the social inclusion.

Keywords: **Agrarian Familiar Activities, Publics Political, Security Food, Popular Fair, Social Capital**

1. Introdução

Os objetivos deste trabalho foram articulados ao percurso de análise das redes de agricultores familiares nos contextos regional e/ou local sendo que o objeto de nossa reflexão se reporta a uma temática de investigação bastante recente na literatura especializada no Brasil, qual seja a da valorização dos espaços locais e da capacidade de ação dos agentes aí presentes nos processos de geração de alternativas para o desenvolvimento territorial. Nesse olhar teórico, o território abandona o horizonte estritamente setorial e ganha sob o ângulo operacional, um novo refinamento dos instrumentos estatísticos que delimitam a ruralidade e o meio urbano, além de ampliar os horizontes da natureza teórica: *"territórios não se definem por limites físicos e sim pela maneira como se produz, em seu interior, a interação social"* (Abramovay, 2007).

Este estudo refere-se à discussão e análise de programas de segurança alimentar nos espaços locais e regionais, como instrumento capaz de promover o desenvolvimento em suas diversas faces. Portanto, a temática da segurança alimentar tratada nesse trabalho abarca não somente as condições de saúde das pessoas, de higiene dos alimentos e da autenticidade da produção, mas também a elevação das condições de renda e emprego de pequenos agricultores familiares e trabalhadores rurais envolvidos com a produção alimentar.

O presente trabalho refere-se à discussão de uma experiência de segurança alimentar no município de Araraquara-SP, no qual a prefeitura local desenvolveu um programa de comercialização de produtos agrícolas provenientes de agricultores familiares em varejões populares distribuídos em pontos comerciais estratégicos. O resultado mais promissor foi o início da formação de uma rede de capital social local, envolvendo pequenos agricultores do município, trabalhadores rurais com direitos trabalhistas garantidos, órgãos e agências públicas municipais, universidades e entidades civis locais. Este caso, ocorrido no centro da produção canavieira e do território citrícola mostra como mecanismos institucionais desenvolvidos através de políticas públicas participativas e organizações locais podem promover o desenvolvimento rural local com possibilidades de inclusão social neste caso de pequenos agricultores familiares assentados e não assentados em marginalização nas redes agroindustriais tradicionais. Finalmente, este artigo mostra o Programa Direto do Campo enquanto gerador de renda e diversificação agrícola aos pequenos produtores familiares permitindo aos consumidores urbanos terem acesso a alimentos saudáveis com preços baixos e conhecimento da procedência.

Os varejões populares dos produtores são programas alternativos para agricultores familiares criados pelos municípios que visam incentivar as produções de autoconsumo e conseqüente geração de excedentes para o mercado local que podem indicar caminhos possíveis em direção à sustentabilidade. Destina-se à venda direta, no varejo, de produtos hortifrutigranjeiros, conservas, doces, de produtos derivados do leite e da industrialização artesanal, dos artigos oriundos do artesanato rural e outros gêneros alimentícios. Através deles, a agricultura familiar tem conquistado um espaço maior na agenda política, observados como uma iniciativa inovadora do ponto de vista da gestão pública (Duval; Ferrante, 2006).

Nesta iniciativa, as prefeituras disponibilizam o transporte de ida e volta dos produtores e suas mercadorias, barracas para exposição e um avental para que os caracterizam. A renda dos produtores com a venda direta varia de R$ 400,00 a R$ 1.000,00, mensais. O acompanhamento dessas iniciativas tem demonstrado que a partir da agricultura de autoconsumo pode-se vislumbrar uma alternativa de desenvolvimento possível, embora ainda restrita a um grupo pequeno de agricultores melhor estruturados para atender à demanda dos programas municipais (cerca de 30 produtores por município). A perspectiva de ampliação, tanto em termos de se aumentar a renda possível e de atender a mais famílias pode configurar uma estratégia certa para muitas delas. Em contrapartida, tais produções podem chegar às cidades mais baratas e ao mesmo tempo com menos agrotóxicos. Questões como o lugar da agricultura familiar nas agendas políticas dos municípios, geração de desenvolvimento local/regional ou mesmo uma agricultura com práticas regenerativas colocam elementos de contraste com a dependência econômica dos pequenos produtores em relação aos grandes, o modelo convencional de produção agrícola e o abastecimento de alimentos no município sendo feito praticamente todo por plantações de outros Estados.

São objetivos do programa de varejões populares locais: i - facilitar, prioritariamente, o escoamento da produção agrícola dos agricultores familiares e de assentamentos rurais; ii - estimular a diversificação da produção agrícola municipal; iii - promover a auto-sustentabilidade financeira da agricultura familiar, melhorando sua condição sócio-econômica e estimulando a criação de novos empregos rurais; iv - incentivar o trabalho e a organização associativa; v - aumentar e diversificar a produção de hortifrutigranjeiros na região e nos assentamentos rurais; vi - beneficiar o consumidor, por meio da comercialização de produtos a preços mais acessíveis, considerando-se a possibilidade da venda sem intermediários; e, vii - ser instrumento da política de abastecimento e segurança alimentar do Governo Municipal.

2. Material e Método

O desenvolvimento do trabalho se apoiou em entrevistas com os atores individuais e coletivos envolvidos no programa de varejões populares do município de Araraquara-SP e na análise dos dados provenientes de pesquisas de campo, principalmente sob a forma de entrevistas abertas e questionários semi-estruturados.

Com os produtores rurais envolvidos no programa foram coletados dados a partir de um formulário com questões abertas. Também foram realizadas entrevistas abertas com integrantes da Coordenadoria de Atividades Agroindustriais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. No Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) foram levantadas, por meio de entrevistas com os técnicos, informações relativas à conservação ambiental e à identificação de cada família do grupo estudado neste trabalho.

Também, foram construídos indicadores qualitativos e quantitativos do funcionamento do programa através de um questionário semi-estruturado aplicado aos produtores rurais e aos gestores da política. Os indicadores de acompanhamento do funcionamento do programa Direto no Campo de Araraquara-SP, elementos fundamentais de análise da eficácia analisada nesse trabalho estão sintetizados no quadro 1.

Quadro 1 - Indicadores de acompanhamento dos varejões populares.

Forma de cultivo	**Tradicional ou orgânico.**
Coordenação	**Prefeitura, órgão da sociedade civil, parcerias etc.**
Recursos financeiros e organizacionais envolvidos e modo de manutenção dos custos	**Prefeitura disponibiliza os espaços de comercializações, os custos de transporte, a estrutura e montagem das barracas e cursos de capacitações para comercializações.**
Indicadores Econômicos e Sociais	**Número de produtores envolvidos, número de espaços de comercialização, número de dias na semana de comercialização, renda total mensal comercializada, renda média por produtor, índice de produtos não comercializados, custos médios dos produtos comercializados, redução dos custos dos produtos em relação aos outros pontos de comercialização local e número de postos de trabalhos adicionais e perfis dos consumidores.**
Localização estratégica	**Definições dos locais segundo critérios que facilitem a comercialização para a população**
Indicadores produtivos e organizacionais	**Custos de Produções, mix de produtos, produtividade média, disponibilidade média de produtos ao longo do ano, tecnologia de produção adotada, recursos tecnológicos (maquinários, estufas, caminhões etc.) participação em associações ou cooperativas e cursos de capacitação.**
Integração com outros programas de segurança alimentar, como padaria popular municipal.	**Articulação com o Banco de alimentos, restaurantes populares e programas de aquisições de alimentos da agricultura familiar, etc.**

Fonte: elaboração dos autores, 2006.

Complementando essas técnicas, foram levantados dados secundários, tanto aqueles disponíveis em banco de dados oficiais, quanto através das informações provenientes de estudos desenvolvidos em instituições públicas e privados relacionados com o desenvolvimento da temática da segurança alimentar e das políticas públicas relacionadas aos programas dos varejões populares.

Concomitantemente, esse trabalho lançou mão de outras técnicas qualitativas de investigação, como a dinâmica dos diagnósticos participativos, instrumento de larga utilização por órgãos oficiais e não-governamentais, na relação com os atores individuais e coletivos, em geral. Os diagnósticos participativos, aliados à técnica do registro das visitas no diário de

campo aumentaram a capacidade de penetração da análise das tensões geradas a partir da mobilização dos agentes no campo de forças da rede de segurança alimentar criada em torno de programa "Direto no Campo" de Araraquara-SP.

3. Segurança Alimentar e Políticas Públicas: o viés local como alternativa de desenvolvimento

No Brasil, muitos complexos agroindustriais formaram-se através dos avanços dos circuitos produtivos globais e as demandas das regiões nacionais de origem tiveram importância secundária. Enfim, os circuitos regionais não foram os alvos agroindustriais prioritários (Bonanno, Marsdem e Silva, 1999, p. 357). A estrutura de consumo fordista não permitiu outro viés, seja no período mais intenso da modernização agrícola, anos 60 e 70, com o modo de regulação estatal, seja no período de abertura comercial a partir do final dos anos 80, com a crise fiscal do Estado e a desregulamentação estatal. Assim, a estrutura de coordenação de cada complexo agroindustrial que se constituiu não privilegiou a questão da segurança alimentar local em regiões ou municípios.

Em países com maior dimensão territorial e grau de diferenciação interna como o Brasil, a segurança alimentar também deve ser pensada em termos regionais, de modo a adensar os circuitos produtivos e distributivos locais, captar hábitos alimentares diferenciados, reforçar a diversificação produtiva, abrir espaços aos pequenos e médios empreendimentos rurais e urbanos e aos agricultores em situação exclusão (Maluf, Menezes & Valente, 1996, p. 85).

A existência de determinadas cadeias agroindustriais regionalizadas faz com que a implementação de redes organizacionais de segurança alimentar seja facilitada. É o que torna possível a execução de medidas do *food security* e do *food safety* de cunho localizado, pois a segurança alimentar pode ser o tema de uma rede de orquestração de interesses *(policy network).* Isto é, uma rede de segurança alimentar pode articular em torno de si um conjunto de empresas, associações de interesses, organizações não governamentais, cooperativas, agricultores, agências públicas estatais, prefeituras municipais, universidades, centros de pesquisa etc. São as redes políticas locais que podem conceber soluções de segurança alimentar de modo singular e específico em cada região.

No âmbito territorial, surgem novas estruturas de oportunidades, porque os governos e os atores sociais ai estabelecidos redefinem seus papéis. Isso ocorre por meio da adaptação estratégica dos atores locais ao espaço global. Sabourin (2002; pg.3) considera que:

> *"... um território não consiste simplesmente em atributos naturais. Ele é construído segundo a capacidade dos atores de estabelecer relações organizadas – mercantis e não mercantis que favoreçam não só a troca de informações e a conquista de certos mercados, mas também a pressão coletiva pela existência de bens públicos e de administrações capazes de dinamizar a vida regional..".*

Nestas redes territoriais podem existir laços informais por modalidades não mercantis de interação construídas ao longo do tempo que moldam uma certa personalidade e, portanto, uma das fontes das próprias identidades dos indivíduos e dos grupos sociais. Portanto, a potencialidade do território é formada por um mecanismo de mobilização do capital social

local, o que oferece igualmente um contraponto à leitura da região somente pela ótica econômica e produtivista.

A mobilização do capital social local refere-se à capacidade de estabelecer a organização do território ou comunidade por intermédio de normas de confiabilidade entre os agentes, de forma que se possa melhorar a condição da sociedade por meio de ações coordenadas em redes. (Putnam, 1996, p.167). Paulillo; Almeida (2005, p.45) mostram dentre os fatores que permitem a mobilização do capital social local, recursos de poder, cooperação voluntária, confiança e reciprocidade.

Isso significa que, mesmo diante do processo de globalização, as condições específicas de um município ou região – suas redes organizacionais e seus contornos culturais - não são irrelevantes. As formações ou renovações dos circuitos regionais produtivos concorrem para a mudança social dos lugares, pautados por atribuições de suficiência, estabilidade, autonomia e sustentabilidade da produção alimentar.

A rede de capital social que começou a ser constituída em Araraquara envolveu pequenos produtores familiares que com técnicas de cultivo tradicionais produziam alimentos e tinham dificuldades de distribuí-los no mercado local. O poder público municipal utilizou o potencial desses produtores para constituir um programa de segurança alimentar que faz a ligação dos produtores familiares aos consumidores de baixa renda.

O programa teve a primazia de organizar desde os produtores familiares, órgãos do governo do Estado ligados à agricultura familiar (ITESP) e também organismos locais de vários segmentos da sociedade, tais como hospitais e associações, construindo um elo de ligação entre segmentos urbanos e rurais.

4. Marco teórico-metodológico para análise de políticas públicas de segurança alimentar local

As mudanças ocorridas no Estado têm limitado sua capacidade de definir e implementar as políticas públicas. Na dimensão da segurança alimentar no país, isso também acontece. A multiplicação dos atores implicados nas políticas coloca o desafio de estudar as organizações e de interpretar a ação política em termos de ação coletiva. As redes de política pública que se formam condicionam um processo de análise da ação pública e também das interações entre os diferentes componentes do Estado e os grupos de interesses privados. Os estudos que trabalham com a noção de redes de ação pública enfatizam muito mais as dimensões horizontais de coordenação da ação pública, os arranjos informais e os problemas de governança do que as relações relativas à hierarquia (Romano, 1999:214).

As redes hoje refletem trocas importantes dentro das formas de governança, principalmente em gestões de programas de segurança alimentar. Estas formas refletem a caracterização cada vez mais complexa da sociedade civil e dos governos, a importância crescente da informação e do conhecimento dos agentes envolvidos em qualquer política, a confiança do governo em atores não governamentais para formular e implementar políticas públicas, a busca da transparência em resultados da gestão pública, dentre outras. Assim, o estudo e o acompanhamento da ação pública a partir da abordagem de redes significa: 1) dispor no mesmo plano de análise, os atores estatais e não estatais, sendo o poder público avaliado da mesma forma que os atores externos - como atores concretos (como os ministérios, as agências de regulação, as comissões legislativas, as secretarias de governo –

estaduais e municipais etc.) que podem se diferenciar pelas funções (deliberativa, regulatória etc.) ou por seus objetivos, com estratégias e que podem até mesmo entrar em conflito; 2) considerar as políticas públicas a partir da base e não do alto, o que significa destacar o modo da implementação da política pública (as tomadas de decisões e reformulação dos problemas); 3) resgatar a complexidade do setor público ou setor de ação pública (exemplo: política industrial, política agrícola, política educacional), pois dentro de cada um desses setores podem operar mais de uma rede.

Nessa abordagem, as instituições são colocadas no centro da própria sociabilidade humana, permitindo encarar o desenvolvimento como resultado histórico de certas formas determinadas de coordenação. A organização institucional é vista como um sistema político e econômico que estrutura o comportamento coletivo e gera resultados distintos[1].

Assim, a racionalidade dos atores será considerada, porém o modelo de avaliação das políticas trará embutido que esta razão não é suficiente para compreender por completo a ação, já que a conduta dos indivíduos e dos grupos só se explica socialmente. Enfim, a racionalidade é limitada pelo contexto, ou seja, influenciada por crenças partilhadas, por normas monitoradas e aplicadas por mecanismos que emergem das relações sociais (Abramovay, 2003).

Assim, uma análise histórica permitiu identificar os principais atores que influenciam ou participam do processo de elaboração e implementação das políticas em cada rede de segurança alimentar formada (com os interesses pessoais e os recursos de poder que determinam as ações em cada etapa da investigação).

De acordo com Reed (1998; p.75):

> *"os recursos de poder estão distribuídos de forma diferenciada entre os atores de um entorno, mas se estes recursos forem empregados com o devido grau de habilidade estratégica pelos atores sociais, produzirão e reproduzirão relações hierarquicamente estruturadas de autonomia e concorrência. Considerando o mercado concorrencial, as habilidades e capacidades de uma empresa ou grupo de empresas em empregar seus recursos de poder que são heterogêneos é que fazem a diferença, proporcionando as bases para vantagens competitivas neste mercado"*.Os recursos constitucionais são representados pelas regras e normas, sendo que estas, quando legitimadas, determinam formas de adaptação dos atores e mudança na própria estrutura de governança das redes.

Os recursos políticos podem aparecer sob a forma de status público atribuído pelo Estado, de poder de representação e de poder de aglutinação dos atores coletivos (PAULILLO, 2002).

[1] A importância das instituições se traduz na própria visão do mercado como instituição e não como um espaço neutro de encontro de compradores e vendedores. Mercados são construções sociais que refletem o ambiente institucional em que se inserem e não simplesmente sistemas universais de formação de preço. A universalidade do indivíduo maximizador está longe de ser uma premissa universal dos comportamentos humanos, o que abre um horizonte promissor para a própria atividade política. (Abromovay, 2001).

Os recursos financeiros consistem em financiamento adequado, incentivos fiscais, subsídios, comissões sobre escalas de produção, cotas promocionais etc (Paulillo; Almeida, 2005).

Os recursos tecnológicos correspondem a conhecimentos adquiridos, tecnologias de gerenciamento, de informação, processos e matérias-primas específicas etc (Paulillo; Almeida, 2005).

Os recursos organizacionais são referentes à infra-estrutura institucional (institutos de pesquisas, centros de treinamento, agências de marketing), informações compartilhadas e propagadas, parcerias, consórcios, informações ocultadas, proximidade de fornecedores, terceirização, subcontratação, utilização da marca etc (Paulillo; Almeida, 2005)..

Os recursos simbólicos são baseados sobre conhecimento e o reconhecimento, como a imagem da marca (*goodwill investment*), a fidelidade à marca (*brand loyalty*), etc.; poder que funciona como uma forma de crédito, sustentado pela confiança ou pela crença dos que lhes estão submetidos porque estão dispostos a atribuir créditos (Paulillo; Almeida, 2005).

Os recursos sociais são referentes ao capital social dos atores produtivos e não produtivos que estão no local e suas capacidades de formular políticas públicas de proteção e cooperação social, formando uma rede social sólida e includente. Essas redes devem estar norteadas por elementos do capital social (reputação, fidelidade, reciprocidade, etc.) (Paulillo; Almeida, 2005).

O capital social envolve o conjunto de recursos que um indivíduo ou grupo pode obter a partir de sua posição em uma rede de relações sociais estáveis. Corresponde ao tecido social que mantém a coesão das sociedades e está baseado na confiança entre as pessoas e na rede de relacionamentos entre elas e os grupos sociais que formam as comunidades.

> *"Rede Social é uma relação moral de confiança de um grupo de agentes individuais que têm em comum normas ou valores além daqueles necessários às transações habituais de mercado. As normas e os valores abrangidos nesta definição podem ir da simples norma de reciprocidade entre dois amigos até os complexos sistemas de valores criados* (Fukuyama, 2000).

Todos os recursos de poder são buscados pelos atores participantes da cadeia produtiva, pois sua obtenção indicará melhores resultados e ainda evitará que haja uma dependência em relação a outros atores. Os recursos, as capacidades e os dotes são diferenciados entre uma e outra organização; cada firma possui recursos que se distinguem daqueles possuídos por outras e o conjunto desses recursos vai determinar sua atuação e também sua posição dentro da rede.

Essas redes podem ser locais e institucionalizadas por meio das ações de agentes públicos (como prefeituras, secretarias etc.) e envolver um conjunto de recursos e interesses para produzir e desenvolver políticas públicas de inclusão social. Nesse sentido, o desenvolvimento de instituições locais é um movimento interessante porque revigorou os estudos de localização para provisão de bens públicos e construção de melhores práticas da cidadania.

5. O Programa "Direto no Campo" no Município de Araraquara-SP: elementos de uma trajetória

Desde 1995, os produtores da região de Araraquara já vinham vendendo seus produtos em um espaço cedido pela Cooperativa Mista Agropecuária de Araraquara (COMAPA), mas não havia uma política compromissada com o desenvolvimento da agricultura familiar e dos assentamentos rurais.

Em 2001, a recém criada Coordenadoria de Atividades Agroindustriais procurava transformar a feira de produtores que acontecia no espaço da COMAPA em uma feira regional de agricultura familiar; para tanto precisava encontrar outro lugar para realização da feira, pois o espaço da COMAPA havia sido vendido. Diante disso, uma das opções passou a ser o Terminal de Integração, local de grande movimentação de população, pela sua localização e papel estratégico no transporte coletivo.

A área de Segurança Alimentar buscava criar um espaço onde as pessoas de baixa renda pudessem comprar alimentos mais baratos, talvez com a venda direta do produtor. Essa população mora em bairros distantes do centro, na periferia da cidade, onde normalmente há poucas quitandas, cujos preços são majorados. O projeto era estabelecer pontos de vendas no Terminal de Integração.

Da união das idéias desses gestores foi criado o *Programa Direto do Campo*, nome inspirado no *Projeto Direto da Roça*, de Belo Horizonte e na prática da Feira de Produtores do Terminal de Integração de Campinas.

Em outubro de 2001, os produtores assentados, tiveram uma "super" safra de manga e precisavam vender o produto. A Coordenadoria de Atividades Agroindustriais e a área de Gestão de Segurança Alimentar providenciaram espaços públicos para escoar esta produção (Praça Santa Cruz, Paço Municipal e Terminal de Integração), colaborando com bancas e transporte. Este fato marca o início do *Programa Direto do Campo*.

Dentre os produtores que vendiam suas safras de manga havia os que estavam lá só para vender a produção sazonal e os que - além da manga - tinham produções diversificadas; havia, também, entre eles alguns que já participavam da feira no espaço da COMAPA. Assim, à medida em que a safra de manga terminava, esses produtores passaram a vender, além da manga, outros produtos cultivados em sua propriedade.

Durante o final de 2001 e primeiro semestre de 2002, provisoriamente, o espaço público ocupado pelos produtores passou a ser, durante a semana, o Terminal de Integração e a Praça de Santa Cruz e, aos sábados, o espaço da COMAPA.

Em agosto de 2002, é inaugurada na Praça Pedro de Toledo, aos sábados, a Feira do Produtor, fazendo parte do *Programa Direto do Campo*. Tratava-se de um novo espaço público onde foram alocados os produtores que participavam da Feira da COMAPA, os que participavam das bancas do Terminal de Integração e os da Praça Santa Cruz.

No mês de setembro de 2002, o programa assumiu o formato de lei, sendo aprovada pela Câmara Municipal a Lei 5.098 que regulamenta o *Programa Direto do Campo*.

O programa é administrado pela Coordenadoria de Atividades Agroindustriais, que se volta à produção familiar e atende majoritariamente aos assentamentos. A equipe da coordenadoria é composta por um engenheiro de alimentos, um engenheiro agrônomo, um sociólogo e um técnico agropecuário; em sua maioria profissionais de carreira que ficarão na

máquina administrativa mesmo após o mandato deste governo, o que indica a possibilidade do programa continuar mesmo após o término da gestão atual (2001-2004, 2005-2008).

A lei municipal de aprovação informa, no seu artigo primeiro, que o programa está voltado para facilitar a comercialização direta entre produtor e consumidor de produtos hortifrutigranjeiros, conservas, produtos derivados do leite e da industrialização artesanal e artigos oriundos do artesanato rural [2].

Os assentados podem participar independentemente do município em que residam. Essa parte do Programa foi pensada particularmente para atender ao Assentamento Monte Alegre que é encarado como uma unidade produtora regional, assim não importa se o produtor é assentado na parte do Monte Alegre pertencente à Araraquara, Matão ou Motuca, o que importa é que ele seja assentado.

Além do apoio legal, a permissão de uso da área pública e a assistência técnica, a Prefeitura de Araraquara cede, também, as bancas, disponibilizando, ainda, um caminhão para transportar as mercadorias e um ônibus para os produtores.

Para a Feira da Praça Pedro de Toledo são disponibilizadas cerca de 40 bancas, no Terminal de Integração há 4 bancas. Se não houver vagas para um produtor participar, ele é colocado numa lista de espera. Primeiro, ele começa participando da Feira aos sábados e depois, se ele tiver produtos e aparecer uma vaga, ele também pode participar da feira do terminal.

O programa, segundo a lei, deve ser gerido por uma comissão formada por um representante do assentamento Bela Vista do Chibarro, um representante do Assentamento Monte Alegre, um representante da Prefeitura, um representante da Câmara Municipal, dois representantes dos produtores rurais, um representante da Casa de Agricultura de Araraquara, um representante do ITESP e um representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. A fiscalização cabe à Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico. No momento dessa pesquisa, a gestão do *Programa Direto do Campo* está centralizada na Coordenadoria de Atividades Agroindustriais.

Atualmente, a quantidade de produtores que participam das feiras é de aproximadamente 32 famílias. Destes, seis são pequenos produtores familiares da região e os outros 26 são produtores de assentamentos rurais que estão divididos da seguinte forma: cinco são do Assentamento Bela Vista do Chibarro, um é do Assentamento Horto de Bueno de Andrade e 20 são assentados da fazenda Monte Alegre. Esses produtores participam de projetos diferenciados dentro do *Programa Direto do Campo*.

O *Programa Direto do Campo* comporta atualmente cinco projetos diferentes: a *Feira do Produtor* (Integração), o *Pró-organico*, a *Feira da Roça*, e *Feira do* Produtor (Praça Pedro de Toledo), e, esporadicamente, há, também, o funcionamento do *Direto do Campo Intinerante*; explicitados a seguir.

A *Feira do Produtor* (Praça Pedro de Toledo), acontece aos sábados de manhã, envolvendo todos os produtores que participam do *Programa Direto do Campo*, com exceção das mulheres participantes da *Feira da Roça*. Existem produtores que, por ter pequenas quantidades de produtos, só participam dessa Feira.

---

[2] Atualmente, a Coordenadoria de Atividades Agroindustriais só permite vender nas feiras produtos da horta, legumes e frutas. No Terminal de Integração, é permitida, fora esses produtos, a venda de pães e roscas caseiras.

A *Feira do Produtor* (Integração), acontece às terças e sextas feiras no Terminal de Integração, com os produtores que têm maior quantidade de produtos e podem atuar, assim, três dias por semana (um dia na Praça Pedro de Toledo e dois dias no Terminal de Integração).

A feira de Produtos Orgânicos, chamada *Pró-Orgânico* acontece às segundas e quintas feiras, no Terminal de Integração e, aos sábados, dentro da feira maior, na Praça Pedro de Toledo. O *Pró-Orgânico* envolve produtores que participam da Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Regenerativa na Região de Araraquara (Regar). Tal projeto envolve produtores que, também com apoio da Prefeitura e da Fundação Mokit Okada, estão se adequando às normas de produção orgânica, para no futuro buscarem uma certificação dos produtos.

A *Feira da Roça*, que acontece às quartas-feiras e aos sábados no Terminal de Integração, se caracteriza por ser uma feira de mulheres. As integrantes desse Projeto pertencem ao Assentamento Monte Alegre e ao Assentamento Horto de Bueno de Andrade. As mulheres vendem produtos agrícolas (que a família produz no sítio) ou produtos que fazem em casa (tais como pães caseiros e roscas doces).

Um último projeto, dentro do *Programa Direto do Campo* é o *Direto do Campo Itinerante*. Em 2004, houve uma tentativa de montar a estrutura da Feira do Produtor nos bairros, iniciando-se no Jardim Paraíso onde, por três meses (agosto, setembro e outubro de 2004), realizaram-se feiras aos domingos. O projeto não foi bem sucedido porque participavam feirantes cadastrados na prefeitura que pertenciam à outra Secretaria, de Obras e integrantes do *Programa Direto do Campo*. Como as normas não eram as mesmas para ambos, ocorriam dificuldades de se controlar os produtos vendidos. Um outro problema é que era um período de transição política e, apesar dos técnicos da área de atividades agroindustriais estarem conduzindo o programa, o coordenador geral tinha sido exonerado. Apesar disso, com a reeleição do prefeito e a volta do coordenador do programa, esporadicamente o projeto for ativado, nas praças da cidade, para os produtores venderem sua produção sazonal.

O *Programa Direto do Campo*, como visto, é composto por cinco projetos que envolvem a venda direta de produtos agrícolas para a população de Araraquara e região. O *Programa* funciona com bancas instaladas no Terminal de Integração e uma Feira do Produtor na Praça Pedro de Toledo. A maioria dos participantes do *Programa* são produtores assentados. O *Programa Direto do Campo* se faz presente indiretamente na LDO através das diretrizes voltadas aos seus projetos, mostrando o compromisso da Prefeitura em incentivar o funcionamento da Feira do Produtor.

O quadro seguinte apresenta uma síntese dos atores envolvidos no programa em 2006, quando a rede de capital social foi consolidada, destacando-se os atores sociais coletivos e individuais envolvidos nos diferentes pontos de comercialização.

Quadro 2: Programa Direto do Campo: Atores envolvidos.

Atores participantes	Prefeitura Municipal de Araraquara, Coordenadorias de Atividades Agroindustriais, Coordenadoria de Segurança Alimentar.
Atores Coletivos Participantes	Produtores do Assentamento Monte Alegre e do Assentamento Bela Vista do Chibarro, Associação Regar, Pequenos produtores da região de Araraquara, Casa da Agricultura de Araraquara, ITESP, Consumidores.

Profissionais que formam a coordenadoria de atividades agroindustriais	Engenheiro de alimentos, engenheiro agrônomo, sociólogo e um técnico agropecuário; profissionais de carreira que ficarão na máquina administrativa mesmo após o mandato do atual governo, o que indica a possibilidade do Programa continuar mesmo após o término da gestão atual (2001-2004, 2005-2008).
Gestores do Programa Direto do Campo	Comissão formada por um representante do assentamento Bela Vista do Chibarro, um representante do Assentamento Monte Alegre, um representante da Prefeitura, um representante da Câmara Municipal, dois representantes dos produtores rurais, um representante da Casa de Agricultura de Araraquara, um representante do ITESP e um representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.
Projetos do Programa Direto do Campo:	Feira do Produtor (Integração), Pró-orgânico, Feira da Roça, Feira do Produtor (Praça Pedro de Toledo) e Direto do Campo Itinerante.
Feira do Produtor (praça Pedro de Toledo)	Acontece aos sábados de manhã, envolvendo todos os produtores que participam do Programa Direto do Campo, com exceção das mulheres participantes da Feira da Roça. Existem produtores que, por ter pequenas quantidades de produtos, só participam dessa Feira.
Feira do Produtor (Integração)	Acontece às terças e sextas feiras no Terminal de Integração, com os produtores que têm uma maior quantidade de produtos e podem atuar, assim, três dias por semana (um dia na Praça Pedro de Toledo e dois dias no Terminal de Integração).
Feira da Roça	É realizada às quartas-feiras e aos sábados no Terminal de Integração, se caracteriza por ser uma feira de mulheres. As integrantes desse Projeto pertencem ao Assentamento Monte Alegre e ao Assentamento Horto de Bueno de Andrade. As mulheres vendem produtos agrícolas (que a família produz no sítio) ou produtos que fazem em casa (tais como pães caseiros e roscas doces).
Pró-orgânico	A feira de Produtos Orgânicos, acontece às segundas e quintas feiras, no Terminal de Integração e, aos sábados, dentro da feira maior, na Praça Pedro de Toledo. O Pró-Orgânico envolve produtores que participam da Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Regenerativa na Região de Araraquara (Regar). Tal projeto envolve produtores que com apoio da Prefeitura e da Fundação Mokit Okada, estão se adequando às normas de produção orgânica, para no futuro buscarem uma certificação dos produtos.
Direto do Campo Itinerante	O projeto é realizado esporadicamente, nas praças da cidade, para os produtores venderem sua produção sazonal.

Fonte: Kuranaga, 2006.

6. Análise dos Indicadores do Programa "Direto no Campo" de Araraquara-SP

Uma característica dos produtores familiares é plantar vários tipos de alimentos, ora para satisfação de seu consumo pessoal, ora com objetivos comerciais. O lote para produção, mesmo que em alguns casos, em pequena escala, tende a ser diversificado.

A diversificação agrícola pode gerar controvérsias. Por um lado, quanto maior o nível de diversificação agrícola, maiores as possibilidades de integração econômica. Diminue, com isso, a dependência em relação ao mercado de um produto específico, ou seja, no caso de queda de preço de um produto ou mesmo do ataque de pragas em um deles, o agricultor tem outras alternativas para diminuir o impacto no orçamento familiar. Por outro lado, os produtos oriundos dessa diversificação agrícola, poderão não encontrar escoamento, justamente por ser diversificada. Por ser realizada em pequena escala o produtor tem dificuldade em transporte, enfrenta a concorrência dos grandes distribuidores de produtos horti-fruti e muitas vezes têm que vender seus produtos a preços baixos a intermediários.

O *Programa Direto do Campo* facilita a distribuição dessa produção de alimentos na medida em que promove a feira de produtores: contribuindo com transporte das mercadorias, dos produtores, cedem bancas e espaços públicos para realização das vendas.

Com o programa, os agricultores familiares da região têm alternativas de geração de renda sem precisar depender das cadeias produtivas convencionais do agronegócio, incentivando o trabalho familiar.

A participação nas feiras permite trocas de informações, atitudes de cooperação e incentiva o produtor a participar de cursos. Tal participação não é algo estático é uma construção de relações que muitas vezes se mostra conflituosa, mas que por isso mesmo deve criar canais de participação nas decisões.

Nesse sentido o programa está inserido em redes de capital social envolvendo atores ligados as políticas públicas, a produtores familiares, consumidores e ao poder local que interferem na segurança alimentar e no desenvolvimento regional.

O atendimento aos consumidores da região de Araraquara gera renda para esses pequenos produtores que lhes permite comprar na cidade o que não produzem, além de incentivar que aumentem a produção agrícola familiar para elevar a renda, assim atendendo a um numero maior de consumidores.

Quadro 3: Alguns indicadores do Programa Direto do Campo.

Total de renda gerada mensal	RS 13.000,00
Preço médio dos produtos	R$ 0,50 ou R$ 1,00
Principais produtos comercializados	Frutas, verduras, legumes, milho, mandioca, pães caseiros
Diversificação agrícola	Todos os produtores plantam com diversidade de culturas
Destinação das sobras diárias	Doa-se para Santa Casa e outras instituições de caridade
Principal destinação da renda gerada	Reinvestir na produção, gastos cotidianos da família,
Renda em relação à renda familiar total	De 15% a 100%, para a maioria, a feira representa mais de 40% da renda familiar total.
Renda em relação ao salário mínimo	Os produtores recebem mensalmente de 1 a 4 salários mínimos
Participação no programa (dias)	De 1 a 3 vezes por semana
Principal ponto de venda dos produtos	Feiras - Programa Direto do Campo
Mão de obra empregada na produção	Em sua maior parte familiar
Relação entre os produtores na feira	Boa e de Cooperação

Relação entre produtores e poder publico	Boa mais com conflitos
Autoconsumo	De 50 a 70% do consumo da família são eles mesmos que produzem

Fonte: Kuranaga, 2006.

Os preços dos produtos giram em torno de R$ 0,50 e R$ 1,00. Se, em média, o programa gera aos produtores como um todo em torno de R$13.000 mensais os consumidores recebem o mesmo valor em alimentos, além de uma parte não registrada em valores monetários como sobras que são doadas a instituições de caridade ou mesmo produtos ofertados a mais no ato da compra significam que chega à população local, principalmente a de baixa renda um valor bem maior em termos de alimentos.

6.1. Programa Direto do Campo: fator gerador de renda e de diversificação agrícola

Foi constatado que todas as pessoas que participam da feira têm um grande nível de diversificação agrícola. Por exemplo, quase todos têm horta, frutas e milho e/ou algum outro produto, como feijão e mandioca, passíveis de serem comercializados na feira.

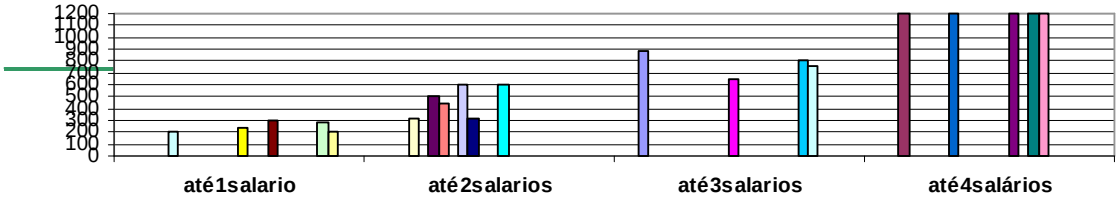
Quanto à renda, os produtores que têm menor renda vinda da feira normalmente têm a tendência de terem seus sítios ocupados com produções mais extensivas, cujo destino é a venda fora da feira.

A maioria declarou que seu principal ponto de comercialização é a feira, que por si só é um lugar propício a escoar a diversidade produzida. O que é vendido fora da feira são, na maioria, produções em escala maior como milho, mandioca, manga e laranja, com exceções de um produtor que, no período em questão, forneceu para o Fome Zero e outro que por ter uma grande produção ligada à horta, fornece, a atacado, para quitandas da cidade e região.

Constatou-se também que as pessoas que tendem a ter maior renda são as pessoas que participam de duas a três vezes por semana dos locais de venda. Considerando que os locais de venda são: a Feira do Produtor, na Praça Pedro de Toledo (somente aos sábados), e as bancas do Terminal de integração (dois dias da semana), as pessoas que participam duas vezes normalmente só atuam no Terminal, lugar no qual as vendas são maiores. As pessoas que fazem três vezes, além do Terminal, participam da Feira do Produtor, na praça. Assim, normalmente, as pessoas que realizam de duas a três feiras têm retorno maior e são as que têm maiores quantidades de produtos.

Para uma melhor análise da renda obtida com a comercialização dos produtos na feira, no gráfico 1, classificou-se essa renda em relação ao salário mínimo vigente no período das declarações (foram tabulados os dados de 20 produtores e relacionados ao salário mínimo de março/2006 que era de R$ 300,00).

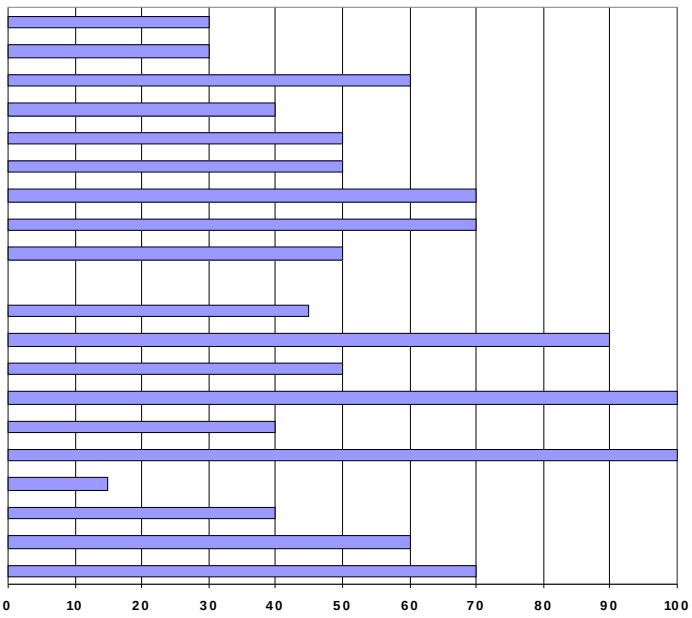
Gráfico 1: Renda da feira em relação a faixas salariais.
(Cada coluna refere-se a um produtor do grupo estudado)
Fonte: Kuranaga, 2006



Observando o gráfico, nota-se que a renda vinda da feira está distribuída proporcionalmente em quatro categorias: cinco produtores recebem até um salário mínimo; seis produtores recebem até dois salários mínimos; quatro, até três salários mínimos; e cinco recebem até quatro salários mínimos.

Conforme as declarações dos produtores, a renda da feira serve, principalmente, para ser reinvestida no sítio, seja para comprar trato para as criações, seja para gastos com a produção agrícola voltada para a feira. A outra destinação da renda é para sobrevivência, sendo entendida como compra de alimentos, produtos diversos e pagamentos de contas (normalmente de prestação de serviços, como eletricidade). Isso significa que, na maior parte dos casos, a renda proveniente da feira, não é líquida. No gráfico 2, podemos visualizar a renda vinda da feira em relação à renda familiar total.

Gráfico 2: Renda da feira em relação à renda familiar total (%)
(dados tabulados de 20 produtores sendo que 1 deles neste caso não soube dar as informações)
Fonte: Pesquisa de Campo, 2006.
Fonte: Kuaranaga, 2006.



Percebe-se pelo gráfico que para oito dos produtores, de um universo total de vinte entrevistados, a feira é fonte de mais de 50% da renda familiar. Estratificando para cima, para três das famílias, a feira representa 90% ou mais da renda familiar. Por outro lado, temos 11 famílias para as quais a feira representa 50% ou menos da renda familiar. Nesses casos, temos pessoas que na composição da renda familiar recebem bolsa-família, são aposentados, trabalham em algum tipo de atividade fora do sítio ou têm outras produções comerciais em escala maior, que são vendidas no atacado.

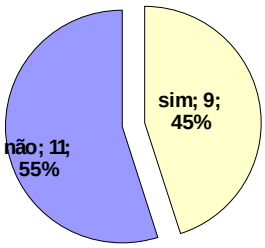
Pelo que foi explanado, verifica-se que a feira é uma importante fonte de renda para esse grupo, mas não é a única e nem sempre é líquida (pois na maioria das vezes é revertida para a própria produção). A ocupação dos sítios é diversificada, mas não se pode dizer com isso que não existam culturas homogêneas. Particularmente, os lotes de produção desse grupo estão ocupados com algumas culturas extensivas que podem ser de milho, mandioca, cana, laranja, eucalipto e mesmo pastagens, que também são fontes de renda.

6.2. Características dos Produtores quanto à utilização da mão de obra

Para o número de pessoas que participam da produção no sítio, foram contadas as pessoas da família que dependem do sítio para sobreviver, com idade acima de dezesseis anos. No aspecto de depender do sítio para sobreviver, estão incluídos os filhos e parentes que, além do sítio, costumam realizar serviços temporários ou sazonais como safras e diárias fora dos sítios. As pessoas da família que têm um emprego fixo e que não participam da atividade do sítio, somente lá residem, não foram incluídas. Identificamos que a maior parte das famílias que moram no sítio participam da produção. Poucos são os que utilizam mão-de-obra não-familiar e o fazem esporadicamente, isto é, mão-de-obra avulsa, paga em diárias.

A mão-de-obra, então, na maioria das vezes, é familiar, mas, em pequena escala de números de diárias pagas, existe a utilização de mão-de-obra não-familiar. Conforme o gráfico 3, na seqüência, menos de 50% das famílias do grupo costumam utilizar diárias de pessoas fora da família, principalmente em períodos de safra de seus produtos ou em dias em que as pessoas das famílias não dão conta dos serviços de plantio ou colheita.

Gráfico 3: Utilização de mão-de-obra além da familiar.
Fonte: Kuranaga, 2006.



Por meio dos dados é possível, então, afirmar que a maior parte da mão-de-obra é familiar. A mão-de-obra não-familiar, apesar de ocorrer em 45% dos casos é pequena por se tratar, em maior parte, de diárias esporádicas. A presença de casais é preponderante na feira, seguido das mulheres, talvez pelo fato de haver paralelamente uma feira específica só para elas. Os dados comprovam, indicando a participação da família na produção e na comercialização na feira.

6.3. Análise da relação social do grupo na feira e com outros atores locais

A feira é local de encontro de pessoas de lugares diferentes que, normalmente, não tem relações fora deste espaço. Assim, o local da feira torna-se um espaço de interação e de reconhecimento social onde os produtores desenvolvem as atividades de venda dos seus produtos, o que cria entre eles relações de amizade e de cooperação. Espaço de trocas simbólicas, de sociabilidade.

Buscamos, também, neste estudo, identificar as relações do grupo com os órgãos gestores, ITESP e, particularmente, a relação do grupo de assentados com os técnicos. Nesse aspecto, coletamos informações não específicas da feira, mas as relações gerais que essas pessoas têm com os técnicos do ITESP, que não se resumem somente aos produtos voltados para a feira. Com relação aos representantes da Prefeitura, os relatos são referentes diretamente à feira, até porque o laço que une essas duas categorias é justamente a participação na Feira do Produtor, organizada pela Prefeitura de Araraquara. Podemos perceber que a maioria dos produtores mantém entre eles uma boa relação, na qual entram elementos de cooperação e solidariedade.

Vários dos participantes declararam que costumam - no âmbito da feira - olhar as bancas em conjunto; alguns chegam a delegar aos companheiros a realização de serviços externos, tais como pagamento de contas, compra de marmitex, depósitos bancários, etc.

Tendo em vista o ITESP, as relações com os técnicos e outros integrantes que vão até o assentamento são boas. A opinião sobre a assistência técnica é diversa, vai desde relatos de que não há assistência técnica nenhuma a relatos de que a assistência técnica é satisfatória e, quando precisam, são correspondidos.

Com os representantes da Prefeitura, normalmente as relações também são boas. Os produtores reconhecem o apoio dado pela Prefeitura cedendo o transporte, as bancas e o espaço público. Contudo, no contato com os representantes da Prefeitura, que na maior parte do tempo acontece na feira, ocorrem alguns conflitos quando, por exemplo, os feirantes trazem para vender alguns produtos cuja venda não é permitida, ou quando infrigem alguma regra estabelecida, como, por exemplo, a falta de uniforme e de identificação. A proibição de venda de alguns produtos tais como ovos, frango caipira, abóbora ou mandioca descascadas causa um descontentamento entre os produtores que reclamam da fiscalização e de uma falta de apoio e presença maior da Prefeitura.

6.4. Diversificação agrícola e autoconsumo

Neste estudo nos deparamos com a seguinte situação: algumas poucas famílias entrevistadas declararam terem pequenas produções destinadas exclusivamente para o consumo da casa; todas declararam que parte do consumo da família vem de produtos por elas

mesmas produzidos. Assim, não podemos afirmar que todos têm "*produção para autoconsumo*", mas o autoconsumo do que é produzido é peculiar em todas as famílias (até mesmo porque não há sentido em se comprar algo que se tem à disposição)[3].

Pelos dados declarados, notamos que o autoconsumo ocorre em todas as famílias. Oito (de 20) delas não souberam especificar em que proporção do consumo total de alimentos elas consomem o que produzem, e, em qual proporção compram de fora. Mas essas oito famílias têm nas propriedades variedades de frutas, de verduras e de outros alimentos; assim podemos considerar que, mesmo não especificando a proporção, o autoconsumo atinge propor ações razoáveis na demanda da casa.

Os demais conseguiram nos dar uma proporção aproximada de seu autoconsumo. A família que menos utiliza o que produz declarou fazê-lo em 30%. Duas famílias declararam que 70% do consumo são elas que produzem; esse foi o maior valor encontrado. Das famílias que declaram a proporção, para seis delas, o valor mais comum foi de 50%.

Também perguntamos para essas famílias quais são os principais alimentos que compram de fora. Os alimentos mais citados foram: óleo, arroz, açúcar, carne (mistura). Também foi citado, mas com menos incidência, farinha de trigo, fubá, macarrão, ovos, sal, café. Dos principais alimentos citados, o açúcar é caracteristicamente um produto industrializado que se tem dificuldades para produzir; o óleo, algumas vezes, é substituído por banha de porco produzida pelo próprio produtor, mas não é algo muito comum; o arroz, várias famílias nos disseram que já produziram, mas não o fazem atualmente por causa do transporte e beneficiamento desse produto. Fica mais oneroso produzir do que comprar fora, além do que, a qualidade do comprado costuma ser melhor; mistura em geral, se tem dificuldade de manter um abastecimento próprio por períodos longos de tempo. Eles até consomem galinhas, ovos e - em menor proporção - gado de produção própria, mas o que ocorre normalmente é que esse produto é comprado.

Nesse sentido, podemos dizer que o autoconsumo, fruto da diversidade de produtos agrícolas produzidos (cuja distribuição tem na feira seu mais importante espaço) corresponde a uma parcela substancial das necessidades de alimentos dessas famílias; sendo comprado fora apenas o que eles têm dificuldades de produzir.

7. Considerações finais

A formação de uma rede de capital social vinculada ao programa de varejões populares mostrou que é possível concretizar um estágio de segurança alimentar local que se reflete em valores nutricionais, autenticidade de produtos, saúde das pessoas, solidariedade a produtores agrícolas. Além disso, esse processo pode mostrar o início da cristalização de uma rede de capital social.

O Programa Direto do Campo é um importante exemplo de como as políticas públicas podem atuar junto às minorias marginalizadas pelo sistema capitalista, gerando renda e bem estar para essas pessoas e estendendo os benefícios para uma outra parte da sociedade que são os consumidores de baixa renda que têm acesso a um alimento mais barato e de boa qualidade.

[3] A este respeito há um longo e rico debate sobre a inserção do autoconsumo nos componentes de renda dos assentados. Ver ROMEIRO et al. (1994), GUANZIROLI (1996), FERRANTE e SANTOS (2003).

Analisando os dados percebe-se que, em relação à renda e ao autoconsumo, a feira gera uma renda corrente que garante o sustento cotidiano dessas famílias, complementadas pelo autoconsumo do que se produz no sítio. Pela análise dos dados relativos à mão-de-obra, contata-se que a produção familiar, em alguns casos, utiliza mão de obra não-familiar o que pode contribuir para emprego e meios de sobrevivência de pessoas externas ao núcleo familiar. E pela análise dos dados relativos à produção vendida na feira e relativos à destinação das sobras, conclui-se que os benefícios da produção familiar rural podem chegar ao meio urbano através dos alimentos que são produzidos, distribuídos ou doados, tendo a feira como canal de escoamento. Assim, a segurança alimentar pode ser construída através da formação de redes de capital social que envolvem a agricultura familiar local e o poder público de forma a permitir e incentivar que as produções de alimentos de agricultores familiares possam chegar até os consumidores urbanos, particularmente os de baixa renda. Situação que reforça o eixo central deste artigo de que a feira é um promissor veículo de desenvolvimento local.

8. Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo (2001). Conselhos além dos limites – **Estudos Avançados** – Instituto de Estudos Avançados – setembro/dezembro, pp. 121-140.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural.** Comunicação apresentada no IV Encontro Da Sociedade Brasileira De Economia Política: UFRGS – 1 a 4 de julho de 1999.

ABRAMOVAY, Ricardo – **O futuro das regiões rurais –** UFRGS – Porto Alegre, 2003.

BELIK, W. Políticas de seguridad alimentaria para las áreas urbanas. In: BELIK W. (org.) **Políticas de seguridad alimentaria y nutrición em Amercia Latina**. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 283-318.

BONANNO, A; MARSDEM, T.; SILVA, J. F. G. Globalização e localização: elementos para entender a reestruturação dos espaços rurais. In: Cavalcanti, J. S. B. (Org.) **Globalização, trabalho, Meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1999.

DUVAL, H.C; FERRANTE, V.L.S.B - Assentamentos rurais na agenda política: considerações sobre dois programas municipais em Araraquara-SP. In:. **Anais do Simpósio da Reforma Agrária e Desenvolvimento: Desafios e Rumos da Política de Assentametos Rurais**, Araraquara-SP, 2006.

GUANZIROLLI, C. E. **O acesso à terra e a melhoria nas condições de vida**. 48º Reunião Anual da SBPC, São Paulo, julho/1996.

FERRANTE, V. L. S. B.; SANTOS, I. P. (Org). **Da terra nua ao prato cheio: produção para o consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo**., Fundação ITESP/UNIARA, São Paulo, 2003.

FUKUYAMA, F. **A grande ruptura**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

KURANAGA, A. A. **Feiras do Produtor: Alternativa para Sustentabilidade de Famílias Assentadas Rurais da Região de Araraquara-SP**. Dissertação de mestrado. Araraquara:Uniara, 2006.

MALUF, R. (org.) **Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização.** Campinas; IE/UNICAMP, 2000.

PAULILLO, L. F. ALMEIDA, L.M.. Redes de segurança alimentar e agricultura familiar: a merenda escolar como instrumento de desenvolvimento local. **Cadernos de Debate**, Campinas-SP**:** v. XI, n. 1, p. 45-67, 2005.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

REED, M. **Teorização Organizacional: um Campo Historicamente Contestado**. In: CLEGG, S. 1998.

ROMEIRO, Ademar R. et al. **Reforma Agrária, produção, emprego e renda**. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994.

ROMANO, J. Interesses privados na formulação e implementação de políticas públicas.
In: SILVA, F; SANTOS, R.; COSTA, L. F. **Mundo Rural e Política – Ensaios Interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 2001. p. 209-242.
SABOURIN, Eric – **Planejamento do Desenvolvimento dos Territórios Rurais – Conceitos, controvérsias e experiências** – UFPB/CIRADEMBRAPA – Brasília, 2002.